



1 ATA DA REUNIÃO Nº 032 (Nº 06/2014) DO
2 CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO -
3 ESTADO DO PARANÁ - CAU/PR, REALIZADA EM 10
4 DE JUNHO DE 2014, NO HOTEL DEVILLE BUSINESS
5 MARINGÁ, EM MARINGÁ-PR.
6

7 Aos dez dias do mês de Junho do ano de dois mil e quatorze, às oito horas, na Sala Magnólia,
8 localizada na Avenida Herval, nº 26, na cidade de Maringá-PR, realizou-se a Sessão Ordinária
9 nº 032 (06/2014), do Plenário do CAU/PR, presidida pelo Arquiteto e Urbanista JEFERSON
10 DANTAS NAVOLAR - Presidente do Conselho, tendo como secretária eu, Mônica de Lacerda
11 Gomara, Assistente de Plenária do Conselho. A Sessão conta com a participação dos
12 Conselheiros Titulares, Arquitetos e Urbanistas, **ANDRÉ LUIZ SELL, CARLOS HARDT, CLAUDIO**
13 **FORTE MAIOLINO, GLAUCO PEREIRA JUNIOR, LUIZ BECHER, MANOEL DE OLIVEIRA FILHO e**
14 **RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVEIRA**.....

15 Participam da presente Sessão os Conselheiros Suplentes, Arquitetos e Urbanistas, **ANÍBAL**
16 **VERRI JUNIOR, CARLOS DOMINGOS NIGRO e JUCENEI GUSSO MONTEIRO**.....

17 Ficam justificadas, de acordo com o parágrafo único do artigo 25 do Regimento Interno do
18 CAU/PR, a ausência do Conselheiro Federal **LAÉRCIO LEONARDO DE ARAÚJO** e dos
19 Conselheiros Titulares **ALEXANDER FABRI HULSMEYER, BRUNO SOARES MARTINS, DALTON**
20 **VIDOTTI, ELI LOYOLA BORGES FILHO, JOÃO VIRMOND SUPPLY NETO, MARLI ANTUNES DA**
21 **SILVA AOKI e ORLANDO BUSARELLO**; bem como dos Conselheiros Suplentes **ANTONIO**
22 **CARLOS ZANI, FLAVIO EGYDIO DE OLIVEIRA CARVALHO NETO e SILVANA WEIHERMANN**.....

23 Presentes também, nesta Sessão, os Presidentes dos CAU/UF do Estado do Rio Grande do
24 Sul, Arquiteto e Urbanista Roberto Py Gomes da Silveira; do Estado de São Paulo, Arquiteto e
25 Urbanista Afonso Celso Bueno Monteiro; do Estado de Santa Catarina, Arquiteto e Urbanista
26 Ronaldo de Lima; o Diretor Geral do Conselho do Estado de Goiás, Ednardo Rodrigues Lucas;
27 a Conselheira Federal pelo Rio Grande do Sul, representando a Comissão de Organização e
28 Administração do CAU/BR, Arquiteta e Urbanista Gislaíne Saibro; e como convidado o
29 Engenheiro Agrônomo Álvaro Cabrini, ex-Presidente do CREA/PR.....

30 Do CAU/PR estão presentes os Assessores contratados, a saber: o Jornalista Antonio Carlos
31 Domingues da Silva (Assessor de Comunicação); a Jornalista Maeva Moreira Alves de Moraes;
32 Kevin Luiz Marques (Assistente Técnico); a Advogada Cláudia Cristina Taborda Dudeque
33 (Assessora Jurídica) e eu, Arquiteta e Urbanista Mônica de Lacerda Gomara (Assistente de
34 Plenária).....

35 **I - QUÓRUM:** Verificado o número legal de Conselheiros presentes, de acordo com o
36 Regimento Interno do CAU/PR, art. 62, o Sr. Presidente declarou aberta a presente Sessão,
37 com os itens a seguir:.....

38 **II - REUNIÃO DAS COMISSÕES:** As comissões se reuniram das quinze às dezoito horas do dia
39 nove de Junho, com quinze minutos de pausa para ao *coffee-break*.....

40 **III - ATAS DAS SESSÕES ANTERIORES:** Colocada em discussão e posterior votação, foi
41 aprovada por unanimidade a Ata correspondente a Sessão Ordinária nº 031 (05/2014) de
42 12/05/2014, com abstenção do Conselheiro Titular **CLAUDIO FORTE MAIOLINO** e
43 Conselheiros Suplentes **ANÍBAL VERRI JUNIOR e JUCENEI GUSSO MONTEIRO**, por estarem
44 ausentes na Sessão em questão.....

45 **IV - PAUTA:** Apresentada e colocada em votação, foi aprovada por unanimidade a Pauta
46 desta Reunião Ordinária nº 032, sexta de 2014 do CAU/PR, com Extrapauta.....



47 **V - ORDEM DO DIA:**

48 **1 Apresentação das correspondências:**

49 **1.1 Correspondências recebidas:** Apresentada a lista de correspondências recebidas, 01
50 (uma) é oriunda do CAU/BR e 01 (uma) é originária do IAB-Instituto de Arquitetos do Brasil.-.-

51 **1.2 Correspondências expedidas:** Apresentada a lista de correspondências expedidas, 03
52 (três) são destinadas ao CAU/BR, 07 (sete) foram emitidas a diversos, 01 (uma) emitida pela
53 Assessoria Jurídica e 06 (seis) pela Assessoria de Atendimento/Fiscalização.....

54 **2 Distribuição de processos para relatoria.**.....

55 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR informa que os processos trazidos à Plenária
56 foram analisados na Reunião das Comissões, realizada durante a tarde de ontem, das 15 às
57 18 horas.....

58 **3 Palavra da Presidência: Hino Nacional; Oficina dos Presidentes/Seminário de Implantação**
59 **dos Escritórios Regionais; Apresentação de Convidados Participantes; Audiências Públicas:**
60 **CAU/PR e Câmara Municipal de Curitiba; Sistema UNICRED; Palestra: “Oportunidades de**
61 **Negócios em Economia Criativa”/ Gina Gulineli Paladino.**.....

62 O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR comenta sobre a nova versão do Hino Nacional,
63 disponibilizada pelo CAU/BR, com imagens significativas da Arquitetura e Urbanismo no
64 Brasil e destaca que, se for aprovado pelo Plenário, este formato será adotado pelo CAU/PR.
65 A seguir, registra a presença dos Presidentes e Representantes Nacionais na Plenária,
66 explicando que a iniciativa deste convite visa o entendimento sobre a implantação de
67 Escritórios Regionais, bem como o alinhamento e troca das práticas nos Conselhos, já que
68 não existe uma normativa do CAU/BR a esse respeito. Justifica, outrossim, sua ausência a
69 partir das nove horas, na presente Reunião, pois deve comparecer na Oficina dos
70 Presidentes/Seminário de Implantação dos Escritórios Regionais, que ocorre na sala contígua
71 a esta. Informa que os convidados deram início à visita dos Escritórios Regionais na tarde
72 de ontem, pelo Escritório Regional de Maringá. Registra a participação, neste encontro, do
73 Engenheiro Agrônomo Álvaro Cabrini, ex-Presidente do CREA/PR, que, segundo o Presidente,
74 é responsável, em grande parte, pela implantação dos Escritórios Regionais definitivos no
75 CREA Paraná, o que possibilita, atualmente, uma “perspectiva de afinarmos a relação do
76 Conselho de Arquitetos junto ao CREA/PR, na busca constante de se minimizar as
77 interpretações equivocadas que ainda ocorrem por parte de alguns profissionais”. Também,
78 junto ao CREA/PR, o CAU/PR participa de um grupo de trabalho que se dedicou a análise do
79 Edital do Metrô em Curitiba, num texto longo, protocolado no Gabinete do Prefeito, onde
80 muitas das sugestões foram adotadas pelo novo Edital. Informa o Presidente que, outro tema
81 também debatido pelo Conselho, em parceria com a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil -
82 é a revisão do Plano Diretor de Curitiba. Explica que está sob a responsabilidade do CAU/PR
83 organizar dez Audiências Públicas, na Câmara Municipal de Curitiba, segundo o termo de
84 cooperação entre as Entidades, e desta, três já se concretizaram, com a presença de mais de
85 cem ouvintes em cada uma. Os temas abordados, até então, foram: Economia Criativa, Meio
86 Ambiente Urbano e Mobilidade Urbana. Lembra ainda que, cabe ao CAU Estadual a
87 sistematização desses documentos, que contratou uma equipe para pontuar as proposições
88 oficiais que devem ir da Câmara Municipal de Curitiba ao Poder Executivo, visando a efetiva
89 revisão do Plano Diretor. Quanto a parceria entre o CAU/BR e o Sistema UNICRED para que
90 os Arquitetos e Urbanistas, o Presidente informa que, após a aprovação pela Plenária do CAU
91 Nacional e pelo Conselho de Administração da UNICRED, está em elaboração um Plano
92 Nacional, que possibilitará a filiação dos profissionais a este Sistema. O CAU/PR contou com a



93 visita de um representante da Cooperativa - tida como uma das maiores do Brasil e que
94 trabalha exclusivamente com entidades de classe - reafirmando o termo de cooperação
95 assinado entre o CAU/ BR e a Plenária da UNICRED. O Paraná teve prioridade na visita, em
96 função da proximidade, já que eles são de Santa Catarina. Segundo o Presidente, ele vê a
97 possibilidade de um acordo direto entre CAU/PR e a Cooperativa, da maneira como se
98 encontra a proposta, mas ele acredita numa parceria ideal com o NESC que, já com o aval do
99 CAU/BR, pode formalizar a implantação da Cooperativa de Crédito no Paraná. Neste sentido,
100 o Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR encaminha a definição de uma Reunião entre o
101 Núcleo e os representantes convidados, para que se tome uma decisão. A seguir, informa
102 sobre a palestra realizada no CAU/PR, dia 06 (seis) de Junho, intitulada “Oportunidades de
103 Negócios em Economia Criativa”, com a Diretora-Presidente da Agência Curitiba de
104 Desenvolvimento, Gina Gulineli Paladino. Na ocasião, foi abordado o tema da Economia
105 Criativa do ponto de vista do empreendedor Arquiteto e Urbanista, já que o mundo admite a
106 Arquitetura como uma das fontes econômicas criativas, tal como vem ocorrendo nas
107 Audiências Públicas do Plano Diretor de Curitiba, em que o CAU/PR participa junto à Câmara
108 Municipal de Curitiba. Sobre tal, coloca o Presidente: “Relatei à Secretária que temos um
109 convênio assinado entre o CAU Paraná e a Prefeitura Municipal de Curitiba - foi oferecido a
110 ela cópia deste termo de cooperação - e, a partir disto, vamos ver quais outros tipos de ações
111 podemos promover entre o Conselho e a Prefeitura de Curitiba, agora através dessa
112 temática”. Acrescenta, ainda, que a vinculação do tema Patrimônio Histórico com Economia
113 Criativa tem sido frequente no mundo, principalmente na Europa. E, para o seu
114 estabelecimento no exercício da Arquitetura e Urbanismo, a Diretora-Presidente Gina
115 Gulineli Paladino coloca que “para sair do discurso e ir para a prática, existem alguns atalhos.
116 Para incentivar a Economia Criativa em Curitiba, por exemplo, talvez o menor atalho seja o
117 do Patrimônio Histórico”. Ao que o Presidente ponderou, na ocasião, ser “um colírio para o
118 cérebro dos Arquitetos aqui presentes, principalmente vindo de um profissional não
119 arquiteto, já que a Secretaria é Economista. E essa perspectiva se torna concreta quando
120 Curitiba também adota o tema - plataforma de Governo para eleição do Prefeito - com uma
121 Secretária responsável por isso, no debate para revisão do Plano Diretor, onde o CAU
122 participa junto às demais entidades, como os agentes que inserem o tema da Economia
123 Criativa na gestão da cidade”. E finaliza: “A partir da visão da Secretária, acredito que o
124 próximo passo seja a criação de um grupo de trabalho, que efetive o termo de cooperação,
125 definição e implantação da Economia Criativa na Prefeitura de Curitiba, a partir da ótica da
126 Arquitetura e Urbanismo, com ênfase no Patrimônio Histórico”. Em seguida, o Presidente
127 registra a participação do Presidente do CAU do Rio Grande do Sul, Roberto Py da Silveira.-.-.-

128 **4 Relato das Comissões**.....

129 **4.1 Relato da Comissão Temporária de Concurso Público / Câmaras Técnicas**.....

130 Na ausência do Conselheiro Titular BRUNO SOARES MARTINS, o Presidente JEFERSON
131 DANTAS NAVOLAR lembra ao Plenário sobre a primeira liminar de questionamento dos
132 conteúdos, onde o CAU/PR venceu esta primeira etapa, sempre na intenção de garantir a
133 presença da experiência e da titulação como itens a serem pontuados no Concurso. E esta,
134 segundo o mesmo, tem sido a luta, também, com o Poder Judiciário. Logo após os ajustes do
135 primeiro Edital do Concurso, afirma o Presidente, o mesmo foi questionado pelo Conselho
136 Regional de Administração, no que se refere aos requisitos à vaga do Cargo de
137 Administrador, pois eles solicitaram que o mesmo fosse específico ao profissional da área.
138 Por fim, explica, havia uma última liminar correndo na Justiça, que pede a exclusão de toda a



139 pontuação sobre títulos e experiências, mas já arquivada pela Juíza, que permitiu o
140 andamento do Concurso, com a inclusão das três Erratas no Edital e o cronograma final,
141 exibido em tela (Anexo I). Assim sendo, explica o Presidente, neste Domingo último
142 realizaram-se as provas, sendo que até este momento não se registrou nenhum imprevisto
143 ou questionamento. Passa então, a relatar as datas consecutivas ao processo do Concurso,
144 seguindo o Cronograma apresentado, bem como o número de inscritos e arrecadação,
145 segundo as taxas de inscrição. Lembra que uma conta na Caixa Econômica Federal foi aberta
146 para tal, e informa sobre o número de inscritos em cada vaga. Explica ainda que, por
147 orientação da FUNTEF delimitou-se um número mínimo de vagas iniciais, sendo que todos os
148 que forem habilitados, ou passarem com nota mínima, farão parte do cadastro de reserva. O
149 que acarreta na contratação inicial das vagas mínimas descritas no Edital. Isto posto, o
150 Presidente destaca que é um momento extremamente delicado para o Conselho Estadual,
151 semelhante ao que outros CAU/UF têm passado, pois a maioria dos
152 colaboradores/funcionários que trabalham no CAU/PR desde 2011, em uma situação
153 contratual provisória, deverão ser demitidos, caso não passem no Concurso: “É uma
154 transição dura, difícil. A Presidência do CAU/PR não se envolveu na organização do Concurso,
155 a não ser nas pendências judiciais, porque é um momento extremamente complexo. Os
156 colegas têm família, têm filhos, têm prestações a pagar. E também têm experiência,
157 fundamentalmente experiência. Nos ajudaram a construir a relação com o SICCAU, com a
158 sociedade e, simplesmente por um Ato de ofício, serão exonerados, visto serem contratados
159 a título de livre provimento e exoneração”, previsto na legislação em vigor. Quanto à
160 contratação dos novos funcionários, a partir do segundo semestre, explica o Presidente que o
161 cronograma deve ser longo, pois haverá a contratação de um ou dois para cada setor,
162 conforme o caso, para que não haja descontinuidade no processo e para que o Conselho
163 possa contar ainda, durante o tempo de transição, com a experiência dos funcionários que já
164 ocupam seus cargos, especialmente nos assuntos concernentes ao atendimento (SICCAU). É
165 como aprovar Projeto de Arquitetura, tem mais coisas não escritas do que escritas na relação
166 que temos com o SICCAU, com os colegas. Neste sentido, passa a palavra ao Presidente
167 Roberto Py Gomes da Silveira, para um relato da experiência do CAU/RS em relação ao
168 Concurso Público, que se pronuncia: “Todos nós sabemos que o CAU/BR fez um grande
169 Concurso para si e, principalmente, para aqueles CAU/UF menores, que não teriam condições
170 de infraestrutura para enfrentar a questão. A verdade é que os maiores optaram por
171 desenvolver o seu próprio Edital, no intuito de manter uma certa identidade, e o primeiro a
172 fazê-lo foi o Estado de Santa Catarina, que teve um problema grave de liminar, registrado
173 pelo SEAU/SC - Sindicato dos Empregados das Autarquias Federais de Regulamento e
174 Fiscalização Profissional das Seccionais e Regionais de Santa Catarina - Sindicato que atende
175 aos servidores dos Conselhos Estaduais. E, sobre este, hoje existe a dúvida: Se somos uma
176 Autarquia Federal, não temos o perfil sindical, não é mesmo? A maioria dos Conselhos atua
177 junto a eles, não é? Mas, esta é uma questão a resolver-se futuramente. Quanto ao Concurso
178 propriamente dito, o CAU/RS disponibilizou 37 (trinta e sete) vagas, em que,
179 aproximadamente, 4.000 (quatro mil) candidatos se inscreveram, porém, nenhum dos
180 funcionários atuais foi classificado, nenhum. Existe uma Auxiliar Administrativa próxima ao
181 cadastro de reserva, mas dificilmente será chamada. Ela deve ser dispensada e
182 eventualmente poderá ser chamada em um momento futuro, mas não sabemos se ela pode
183 aguardar até lá. Mas o ponto, é que estamos passando por um momento atípico, e reforço
184 meu pedido ao Presidente Jeferson de me colocar os pareceres jurídicos para o nosso melhor



185 entendimento. O processo eleitoral tanto Nacional quanto Estadual do CAU sofre grande
186 influência, e se pudermos sair deste círculo, tanto melhor. Certamente que tínhamos a ideia,
187 por exemplo, de ir chamando as pessoas aos poucos, de fazer uma substituição paulatina.
188 Mas em função dessa interpretação diferenciada, acabamos chamando todos os aprovados,
189 e esse chamamento é demorado, pois deve-se fazer uma nomeação, publicar em Diário
190 Oficial e, a partir daí, os candidatos têm 15 (quinze) dias para se apresentar. A maioria se
191 apresenta com rapidez, mas já tivemos caso em que a pessoa, no décimo quarto dia,
192 apresentou-se e falou *não vou ficar*. Assim sendo, o processo é lento, pois ele deve assinar
193 uma exoneração, a ser publicada em Diário Oficial e, a partir daí, nomear o próximo da lista.
194 O CAU/RS optou, no início da semana passada, em chamar todos os aprovados e, até o dia 02
195 (dois) de Julho, iremos dispensar os nossos funcionários temporários que, como disse o
196 Presidente Jeferson, é uma das tarefas mais ingratas. Portanto, contratamos um profissional
197 temporário, especificamente para trabalhar junto aos servidores em duas linhas: primeiro, de
198 preparar o sistema de avaliação dos egressos, servidores públicos pela CLT - Consolidação das
199 leis de Trabalho - para entrarem em um processo de avaliação trimestral e depois anual, para
200 pegar os três anos de estágio probatório do funcionário público. Embora seja típico
201 estatutário, por prevenção, nós vamos fazer isso; e segundo, acho muito importante essa
202 pessoa trabalhar com os funcionários a ser dispensados, no sentido de valorizar os seus
203 currículos, as aptidões, para aquilo que procuram no mercado de trabalho. Isto tem dado
204 muito certo, os que já saíram, saíram sempre com colocação, pré-preparada por esta pessoa.
205 E eu acho isso uma medida muito importante, pega muito bem para o Conselho, perante a
206 estes funcionários - que não tinham experiência alguma advinda de outra Autarquia, - e à
207 sociedade. Todos sabiam que chegaria esse dia, mas ninguém gosta quando chega, e este dia
208 é agora, segunda-feira que vem. Todos os nossos funcionários se debruçaram e trabalharam
209 muito, e nós temos um compromisso de dar apoio para redirecionar essas pessoas. Eu tenho,
210 assim, a convicção de que essa experiência será muito valiosa para eles. Além do orgulho,
211 temos enfatizado que eles construíram os dois primeiros anos do CAU. E que isso é
212 importante na carreira deles, já que poucos tiveram esse tipo de oportunidade. Então, dentre
213 as barreiras eleitorais que temos pela frente, estão algumas determinações, uma relacionada
214 à Legislação Federal, que é simples, de não poder demitir no período de 90 (noventa) dias
215 antes das eleições e 90 (noventa) dias posterior a elas - o que implicaria em manter um
216 quadro até o dia 02 (dois) de Janeiro do ano que vem, e seria contraditório - uma
217 superlotação - e a existência de um dispositivo normativo, que é a questão do Tribunal de
218 Contas da União, que regula um percentual em relação às nossas custas, uma equação que
219 depende da receita e da despesa dos CAU/UF, e a receita, não é de nosso domínio pleno, é
220 completamente fora do nosso controle. Então, assim, quero receber esses pareceres que
221 vocês têm, para nos municiar, porque dentro da linha das barreiras eleitorais - pois se elas
222 vão realmente existir - temos que nos instrumentar para contrapor qualquer eventualidade.
223 Nós não tivemos, por sorte, nenhuma contestação ao Concurso do CAU/RS, o que nós
224 tivemos foi aquele prazo para esclarecimento de questões, que foram anuladas. Afora isso,
225 tudo ocorreu perfeitamente dentro do cronograma, o que eu considero um ponto positivo,
226 mas um risco para todos nós, pois São Paulo também fez a prova na outra semana, estamos
227 mais ou menos, dentro dos mesmos prazos. Então, eu acho assim, o caminho é este: vocês
228 têm uma orientação jurídica e devem segui-la e eu gostaria de recebê-la para alguma
229 eventualidade. A que eu tenho, não preciso passar à vocês, pois é a regulamentação do
230 processo eleitoral. Portanto, a situação é esta, os Concursos dos CAU/UF estão dando certo,



231 o que mostra que somos capazes de fazer muitas coisas, inclusive Concurso para efetivação
232 de vagas funcionais. Obrigado”. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR agradece ao
233 Presidente Roberto Py Gomes da Silveira pelo relato e solicita à Assessora Jurídica CLÁUDIA
234 CRISTINA TABORDA DUDEQUE um relato sobre as pontuações que o setor Jurídico do
235 CAU/PR tem, a respeito dos prazos eleitorais do Concurso Estadual. Com a palavra, a
236 Assessora coloca que a previsão era a de homologar e chamar os candidatos aprovados antes
237 do prazo, por uma recomendação do próprio Presidente. Porém, ela e o funcionário Leandro
238 Regellin participaram, na semana passada, do Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral, em
239 Curitiba - o qual caracterizava-se por um Congresso não institucional - e, em conversa com
240 vários advogados especialistas em Direito Eleitoral, eles têm o mesmo entendimento que a
241 Assessoria Jurídica do CAU/PR no que se refere aos prazos estabelecidos para o Concurso -
242 um entendimento divergente do CAU/BR - e que, por este motivo, está desenvolvendo um
243 parecer em relação a homologação do Concurso, visto que a mesma não deverá ocorrer
244 dentro do prazo previsto. O Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR esclarece que estão
245 sendo contratados especialistas para a elaboração deste texto, e que o mesmo será
246 disponibilizado ao Plenário: “Se tivermos base legal, vamos manter as contratações e as
247 demissões em um cronograma, que é o estabelecido sobre os pareceres”. O Presidente
248 informa que, tão logo o CAU/PR tenha o texto desenvolvido pelos profissionais contratados,
249 será repassado aos demais Presidentes dos CAU/UF, para que também possam usufruir do
250 documento. Ele abre a palavra, sem manifestações e solicita a inversão de Pauta para
251 informar as atualizações sobre o tema das Câmaras Técnicas. Sobre tal, destaca que a única
252 novidade concernente ao texto, que foi analisado e aprovado pelo Plenário, é a questão da
253 proporcionalidade na representatividade regional, e explica que o CAU/PR trabalhava, até a
254 última Audiência, realizada na cidade de Paranaguá, com 18 (dezoito) Arquitetos e
255 Urbanistas. Porém, como o litoral do Paraná conta com, aproximadamente, 30 (trinta)
256 profissionais de área, estariam todos inclusos aos cargos das Câmaras Técnicas. Neste
257 sentido, ponderou-se sobre o critério de proporcionalidade, que é mais adequado ao caso.
258 Segundo o Presidente, pela “Regra de Três simples”, haveriam 76 (setenta e seis) Arquitetos
259 e Urbanistas representantes para Curitiba e Região Metropolitana, 15 (quinze) para Maringá
260 e 15 (quinze) para Cascavel; 06 (seis) para Pato Branco, 06 (seis) para Guarapuava e 12
261 (doze), ou 15 (quinze), para Londrina. Assim sendo, explica, ponderou-se por uma
262 proporcionalidade ajustada a nossa realidade, ou seja: 48 (quarenta e oito) representantes
263 de Região Metropolitana de Curitiba; fixando-se 18 (dezoito) para Londrina e o mesmo para
264 Cascavel; 12 (doze) para Maringá; e um mínimo de 06 (seis) para Guarapuava e também para
265 Pato Branco. Desta maneira, elevar-se-ia a representatividade para Pato Branco e
266 Guarapuava e diminuir-se-ia a de Curitiba. O número máximo de representantes,
267 anteriormente de 144 (cento e quarenta e quatro), passaria a ser 108 (cento e oito), sendo
268 destes 54 (cinquenta e quatro) Efetivos e 54 (cinquenta e quatro) Suplentes, sempre
269 vinculados às Câmaras Técnicas. Quanto às temáticas, o Presidente esclarece que o CAU/PR
270 pretende enfatizar os aspectos Arquitetônicos, relacionados à Dinâmica Social, Norma e
271 Desempenho, Estatuto da MetrÓpole e demais. São 06 (seis) temas - não exclusivos - que
272 devem ser disponibilizados e disseminados entre os 108 (cento e oito) Arquitetos
273 representantes, na intenção de estreitar, não só a relação com estes colegas, mas com a
274 sociedade em geral. De acordo com o Presidente, outra questão a ser ponderada é a de que,
275 para haver “horizontalidade” na representação das Câmaras Técnicas, deve-se restringir ao
276 máximo de (04) quatro Delegados por Município: “Como é para horizontalizar, se a Região de



277 Maringá é composta por 40 (quarenta) Municípios, por exemplo, não dá para serem todos da
278 cidade de Maringá”. O Presidente esclarece que o cronograma das Câmaras Técnicas está em
279 evolução, com Audiências marcadas para Londrina, Pato Branco, Cascavel e Guarapuava,
280 bem como está previsto, para Setembro, uma pré-conferência, com eleição dos Delegados
281 Regionais. E, para encaminhar, o Presidente solicita ao Plenário a formação de uma Comissão
282 Provisória sobre esse assunto, com, pelo menos, 02 (dois) ou 03 (três) responsáveis, junto à
283 Presidência, para a formatação do texto final, acompanhamento das pré-conferência e
284 implantação da Comissão Provisória. Aberta a Palavra, apresentam-se os Conselheiros
285 Titulares MANOEL DE OLIVEIRA FILHO, RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVEIRA e CARLOS HARDT,
286 apoiados pelos demais. Por fim, solicita à Assessora Jurídica CLÁUDIA CRISTINA TABORDA
287 DUDEQUE para que disponibilize o texto-base a estes Conselheiros, no intuito de que os
288 mesmos coloquem sugestões e definam o cronograma pré-estabelecido. Na sequência, o
289 Presidente Roberto Py Gomes da Silveira lembra que o Estado do Rio Grande do Sul foi o
290 primeiro a ter sede própria e Goiás, o segundo. E fala da sua esperança que o Paraná seja o
291 terceiro CAU/UF a adquirir um imóvel, pois “acredito que a aquisição de uma sede própria é
292 um ponto chave para mostrar uma gestão preocupada com o futuro. Vocês já tem uma
293 opção para compra e depende apenas do referendo em Plenária. Bem-vindos aí àqueles que
294 têm essa visão para o futuro, porque não imobilizar o dinheiro que vocês economizaram para
295 este fim, pode ser uma questão muito perigosa, nunca se sabe o que virá pela frente e numa
296 sede própria ninguém mexe. Então, muito prazer, muito obrigado a todos”. Ao que o
297 Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR acresce que esta tem sido uma das motivações da
298 aquisição, visto que “todos aqui sabem que, com mais de nove milhões de reais em caixa,
299 seria muito temeroso terminarmos a gestão sem imobilizar estes recursos. Por fim, o
300 Presidente comunica sua saída da plenária, pelo compromisso de participar da Oficina dos
301 Presidentes/Seminário de Implantação dos Escritórios Regionais, organizado pelo CAU/PR,
302 em sala contígua à esta. Antes de deixar a Reunião, deixa a coordenação da mesma a cargo
303 do Vice-Presidente e Conselheiro Titular LUIZ BECHER, que faz a inversão de Pauta, devido a
304 ausência de alguns participantes das Comissões.-----

305 **4.2 Relato da Comissão de Ética e Disciplina Profissional.**-----
306 O Conselheiro Suplente JUCENEI GUSSO MONTEIRO esclarece que a Comissão está em
307 desfalque por questões alheias à confirmação anteriormente efetuada pelos seus
308 participantes. A Coordenadora e Conselheira Titular MARLI ANTUNES DA SILVA AOKI, por
309 exemplo, ficou impossibilitada de seguir viagem devido às chuvas que alagaram as estradas
310 paranaenses. Porém, informa que na Reunião de Comissões realizada ontem a tarde, houve
311 um alinhamento para a sistematização interna das ações da Comissão, visando uma
312 eficiência melhor nos despachos dos processos pendentes. Como exemplo, cita a questão do
313 chamamento das partes interessadas e elaboração de um questionário para que se possa ter
314 uma movimentação mais contundente na aprovação dos processos. O Vice-Presidente LUIZ
315 BECHER abre a palavra e, sem manifestações, passa o relato a Comissão subsequente. -----

316 **4.3 Relato da Comissão de Ensino e Formação.** -----
317 Inicialmente, o Conselheiro Titular CARLOS HARDT lembra ao Plenário que, na Reunião da
318 tarde de ontem, a Comissão desenvolveu um parecer - o qual solicita o *acordum* do Plenário -
319 sobre o processo de intervenção urbana que ocorre no Bosque da Casa Gomm, em Curitiba,
320 desde a implantação do *shopping* Pátio Batel na área. Resumidamente, esclarece que na
321 região havia um edifício com valor histórico arquitetônico importante, uma casa em madeira
322 cercada de um bosque com uma composição florística relevante e que, devido a um



323 impedimento inicial da Prefeitura Municipal de Curitiba para derrubada de tal, houve um
324 processo gradativo de descaracterização do sítio, como um todo: “No primeiro momento foi
325 feita a desmontagem e a remontagem da casa em outro ponto do terreno, o que já causou
326 um impacto enorme, pela posição original dela, importante do ponto de vista estratégico.
327 Depois, paulatinamente, o bosque foi sendo destruído, mas sempre em pequenas partes,
328 então, foram cinco árvores aqui, dez árvores lá, e assim por diante. E, finalmente agora, há
329 um pedido para um novo corte de árvores e, embora não se conste em processo, há notícias
330 de que o objetivo maior é o de se criar um novo acesso de carga e descarga para o *shopping*
331 recém-construído. Mas, como isso não faz parte dos autos, não se pode manifestar a
332 respeito”. A seguir, o Conselheiro passa à leitura da redação inicial da Minuta em questão:
333 *“Considerando que o conjunto Casa/Bosque representa um importante remanescente cultural*
334 *e florestal da região, que o empreendimento já efetuou o corte de indivíduos florestais de*
335 *relevância florística para a sua implantação, que qualquer nova intervenção de supressão*
336 *dessa vegetação florestal representará novo importante impacto neste microbioma, que o*
337 *benefício por esta intervenção poderá até ter repercussão operacional, quase que exclusiva*
338 *para o empreendimento, e muito pouco para a sociedade - porque a comunidade não teria*
339 *grandes benefícios; que o sítio Casa/Bosque, mesmo com as intervenções já efetuadas, carece*
340 *de apropriada integração com a comunidade, de modo a usufruir dos seus valores culturais*
341 *remanescentes, e que hoje a Casa está sendo ocupada por parte da Secretaria de Cultura de*
342 *Estado - mas absolutamente fechada à comunidade - então a comunidade não tem acesso*
343 *àquele sítio, recomenda-se: 1) que os órgãos públicos responsáveis pelo controle e aprovação*
344 *dos projetos executados e pretendidos sejam formalmente consultados, para que se tenha a*
345 *contextualização das licenças e autorizações concedidas; 2) que, devido às condições originais*
346 *do complexo e, por conta do empreendimento, já foram fortemente impactadas, que se*
347 *evitem novas interferências que possam alterar a atual situação, principalmente se as*
348 *consequências forem de depreciação dos valores culturais ou de diminuição da quantidade de*
349 *indivíduos florestais; 3) por fim, que qualquer intervenção, mesmo que não seja de supressão*
350 *da vegetação florestal, seja precedida por estudos de impacto, desenvolvidos por*
351 *profissionais com atribuição e competência comprovada na área de paisagem urbana,*
352 *patrimônio arquitetônico, cultural e ambiental”*. Assim sendo, O Conselheiro assinala que
353 esta é a proposta de encaminhamento, com o intuito de que o Ministério Público tenha um
354 parecer do CAU/PR, no sentido de que se faça, efetivamente, um Estudo de Impacto
355 Ambiental para qualquer intervenção local. Seja na contratação de profissionais particulares,
356 no caso, da Arquitetura e Urbanismo, ou para que, simplesmente, não autorize novos cortes
357 dessa vegetação. O Vice-Presidente LUIZ BECHER coloca em votação a Minuta, aprovada pelo
358 Plenário. A seguir, o Conselheiro Titular faz um breve relato do Fórum de Coordenadores de
359 Curso, ocorrido no dia último dia 13 (treze) de Junho. Segundo ele, um dos itens relevantes
360 na ocasião, foi o encaminhamento, por sua parte, para a efetivação do Fórum de
361 Coordenadores e Chefes de Departamento de Curso de Arquitetura e Urbanismo do Paraná.
362 A proposição foi aprovada, tendo algumas diretrizes fundamentais, dentre as quais, o
363 Conselheiro elenca que a Secretaria Executiva desse Fórum fica a cargo do CAU/PR, por
364 intermédio da Comissão de Ensino e Formação, mas que a Coordenação do Fórum seja
365 desenvolvida pelos colegas Coordenadores de Curso, o que também foi aprovado na ocasião.
366 A finalidade de tal, destaca o Conselheiro, evidentemente que é a comunicação direta com os
367 Cursos de Arquitetura e Urbanismo do Paraná, por intermédio dos seus Coordenadores, com
368 o Conselho. E por isso, o meio de comunicação definido para a constância nas trocas de



369 informações é a de um boletim mensal - *newsletter* - e a organização de, no mínimo, dois
370 encontros anuais. Sobre o primeiro boletim, que deverá ser editado na sequência a esta
371 Reunião, o Conselheiro relata quais as informações a serem divulgadas: uma breve
372 apresentação do boletim, seguida da informação da realização do Fórum; um relato do
373 programa da abertura do Presidente do CAU/PR e das entidades nacionais representadas;
374 uma análise sobre a oficina e as palestras ofertadas; também um parecer sobre os princípios
375 de funcionamento do Fórum - das Reuniões Semestrais - da Secretaria Executiva e
376 Coordenação do mesmo. Nesse momento, também se divulgaria a eleição dos primeiros
377 Coordenadores do Fórum já eleitos, a saber, a Arquiteta e Urbanista Maria Isabel Yamamoto
378 - Coordenadora do Curso de AU da UTFPR e seu Suplente, o Conselheiro Titular Bruno Soares
379 Martins - Coordenador do Curso de AU da Faculdade Mater Dei, em Pato Branco. A ideia,
380 segundo o Conselheiro, é que se tenha sempre um Coordenador da Capital e outro de uma
381 Regional do Estado. Sobre a próxima reunião do Fórum, pondera-se que a mesma deverá
382 ocorrer na última semana de Outubro, entre os dias 22 (vinte e dois) e 23 (vinte e três) de
383 Outubro, devido a Semana de Arquitetura e Urbanismo do Paraná, já instituída pelo Conselho
384 Estadual. Quanto à presença, destaca-se que, dos 27 (vinte e sete) Cursos do Paraná, 23
385 (vinte e três) foram representados. Em seguida, o Conselheiro Titular CARLOS HARDT relata a
386 sua participação, por indicação do Presidente Jeferson Dantas Navolar, na Semana de
387 Arquitetura, Engenharia e Tecnologia, do Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais -
388 Cescage, na cidade de Ponta Grossa. A temática básica era Mobilidade Urbana e o Evento foi
389 mediado pelo Ex-Prefeito de Ponta Grossa, Jocelito Canto. Na ocasião destacou-se, segundo
390 seu parecer, a nítida diferença entre a percepção do Arquiteto e Urbanista e do Engenheiro
391 Civil na formação de opinião quanto ao tema, e comenta: "A preocupação do colega do CREA
392 foi muito pontual durante toda a discussão, sem visão alguma global do contexto. Ele chegou
393 a apresentar as possibilidades do uso do geoprocessamento como uma ferramenta de
394 Planejamento. Ora, mas esta ferramenta já é utilizada em qualquer tema do Planejamento, e
395 não apenas na questão da Mobilidade". Por fim, a respeito da visita da Comissão de Ensino e
396 Formação do CAU à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UNILA, em Foz do Iguaçu -
397 devido às dificuldades encontradas na implantação do Curso - o Conselheiro lembra que a
398 mesma ainda não foi confirmada, pois depende de uma autorização do Presidente do
399 CAU/BR, Haroldo Pinheiro. O Vice-Presidente LUIZ BECHER agradece e abre a palavra, sem
400 manifestações do Plenário, encerrando, assim, o relato da Comissão de Ensino e Formação.-.-

401 **4.4 Relato da Comissão de Exercício Profissional.**-----
402 Sobre a Reunião das Comissões, realizada na tarde de ontem, o Conselheiro Titular CLAUDIO
403 FORTE MAIOLINO relata a análise e despacho de 34 (trinta e quatro) processos, sendo 14
404 (quatorze) de RRT Extemporâneos - Registro de Responsabilidade Técnica - deferidos; 16
405 (dezesesseis) de anulação de RRT, deferidos; 01 (uma) solicitação de cancelamento, deferida; e
406 outra (uma) indeferida; 02 (dois) processos foram encaminhados para fiscalização; e 01
407 (uma) de solicitação de informações, a arrolar. Ponderando sobre esta análise dos processos,
408 o Conselheiro acredita ser importante que se volte a pensar em meios que possam evitar a
409 situação de assinatura daquilo o que profissionais de área não vão ser efetivamente
410 responsáveis. Segundo ele, o caso mais frequente é o do profissional que assina o Projeto e a
411 Responsabilidade Técnica, porque a Prefeitura do Município a qual trabalha exige isso - mas,
412 logo em seguida, entra com um pedido de cancelamento da RRT correspondente. Nas
413 palavras dele, "isso tem algum acobertamento. O profissional está informando a um órgão
414 oficial de que ele será o Responsável Técnico quando, na verdade, não será". Por ser um



415 assunto complexo, o Conselheiro coloca que, talvez, o melhor meio seja informar, esclarecer
416 aos profissionais quanto à gravidade do fato: “Nós temos pedidos de cancelamento de
417 profissional que assinou uma RRT de Execução de Obra e alega que ele desconhecia que a
418 mesma estava em andamento”. Assim, explica, fica realmente difícil deferir o cancelamento
419 de RRT, quando o próprio profissional desconhece o que acontece, naquilo que ele
420 oficialmente assume: “Neste caso, o profissional vai ter que responder pelo que fez”. A
421 seguir, o Conselheiro reforça a piora generalizada na questão da contratação dos serviços de
422 Arquitetura e Urbanismo, nos Editais que contemplam também a Engenharia Civil, e relata:
423 “Eu dei aulas em Minas Gerais ultimamente e pude constatar três obras em áreas
424 patrimoniais sob o comando de Engenheiros, ou seja, a Legislação que nós tínhamos dentro
425 do Confea - Conselho Federal de Engenharia e Agronomia, como a DN 83 - Decisão Normativa
426 Nº 83, de 26 de Setembro de 2008 - continua vigente, mas eles simplesmente a ignoram,
427 completamente”. Cita que, sobre o caso, notificou o CAU/MG, que se comprometeu a tomar
428 as devidas providências, porém, ele acredita que estas serão tênues, em vista ao problema.
429 Em breve, cita, haverá um Edital de Restauração do Prédio do Ministério Público, mas,
430 provavelmente, também sairá completamente à revelia da Legislação. Neste sentido,
431 esclarece o Conselheiro, ele esteve em Brasília, participando de uma reunião da CEP Federal,
432 onde colocou o tema em questão, e foi solicitada, pelo CAU Nacional, a produção de um
433 texto, para nortear uma eventual decisão normativa do CAU/BR. Porém, até agora, a CEP/PR
434 não obteve resposta. E acresce: “Este texto entreguei pessoalmente a CEP Federal, em
435 janeiro desse ano, e nada foi produzido a respeito. Ou seja, nós temos, junto com a redação
436 da conscientização profissional, e aí eu discordo de muitos colegas, que fiscalizar sim, multar
437 sim, porque não tem outra maneira de você fazer com que os profissionais e/ou outros
438 Conselhos observarem as suas limitações”. Quanto à ação promovida pelo SindArq -
439 Sindicato dos Arquitetos do Paraná - tentando obter do Judiciário uma decisão que impedisse
440 o CREA/PR - Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - de permitir a Engenheiros que
441 exerçam Arquitetura e Urbanismo, o Conselheiro coloca a sua indignação e preocupação a
442 respeito dos resultados obtidos, “porque são anos e anos de batalha pelo CAU, vendo que as
443 pessoas batem no foco errado ou atiram no inimigo errado”. E ele diz não saber mais como
444 interagir com o CAU/BR, especialmente porque percebe que os Conselheiros estão limitados
445 às ações Estaduais e este tipo de “luta” é de âmbito Nacional. Lembra que, no início da ação,
446 ele formulou, junto a um Advogado do CAU do Rio Grande do Sul, um arcabouço legal de
447 como deveria ser solicitado ao Poder Judiciário que o CREA não extrapolasse as suas
448 atribuições profissionais. No entanto, lembra, esta ação foi montada de forma diferente, pois
449 foi fundamentada na Lei nº 12.378, que é a dos Arquitetos e Urbanistas. E, a seu ver, a
450 “saída” para o Conselho de Engenharia foi muito fácil, pois “permitiu que ele se manifestasse
451 de maneira tal a nos contradizer, *nossa Lei não é essa, nossa Lei é outra e, portanto, nós*
452 *vamos fazer*”. Para o Conselheiro, se é certo que o CREA tem os seus limites fixados pela
453 Legislação do CONFEA e do próprio CREA, o CAU não tem que citar a Lei nº 12.378, pois toda
454 limitação destes profissionais diz respeito a impedir que eles acervem Projeto de Arquitetura
455 e Urbanismo. Mas, exemplifica, permitir que eles acervem Projeto de Edificação, está
456 contemplado na Lei dos Engenheiros. Assim sendo, do seu ponto de vista, o foco não é
457 generalizar a discussão, é pontuar pela Legislação do CONFEA, o que já é um problema, pois
458 os jovens Arquitetos e Urbanistas que estão no mercado de trabalho a cinco anos,
459 desconhecem esta Legislação. Exemplo disso é a questão do restauro em Minas Gerais, visto
460 que a DN nº 83/2008 está vigente, e é uma Decisão Normativa do CONFEA, “mas,



461 simplesmente, se ignora isso”. Finaliza, então, o Conselheiro, refletindo que a ação do
462 SindArq tinha tudo para ser vitoriosa, se ela se restringisse a exigir o cumprimento da
463 Legislação do Sistema CONFEA/CREA, e que o resultado de tal ação deve ser motivo de
464 preocupação constante do Conselho de Arquitetura e profissionais de área. O Vice-
465 Presidente LUIZ BECHER agradece o relato do Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO,
466 abrindo a palavra que, sem manifestações do Plenário, dá por encerrado o relato .-.-.-.-.-

467 **4.5 Relato da Comissão de Finanças.**-.-.-.-.-
468 Sobre as Demonstrações Financeiras do mês de Maio (Anexo II), o Conselheiro Titular
469 RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVEIRA esclarece que as receitas estão na ordem de R\$
470 742.938,30 (setecentos e quarenta e dois mil, novecentos e trinta e oito reais e trinta
471 centavos), enquanto que o valor das despesas é de R\$ 389.379,41 (trezentos e oitenta e nove
472 mil, trezentos e setenta e nove reais e quarenta e um centavos). Observa que a expectativa
473 de se chegar aos R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) até o meio do ano foi alcançada, já
474 que o saldo atual é de R\$ 9.565.363,48 (nove milhões, quinhentos e sessenta e cinco mil,
475 trezentos e sessenta e três reais e quarenta e oito centavos). Após algumas considerações
476 dos Conselheiros a respeito, o Vice-Presidente LUIZ BECHER solicita a aprovação das
477 Demonstrações Financeiras de Maio, que é aprovada por unanimidade. Em seguida, o
478 Conselheiro Titular RICARDO LUIZ LEITES DE OLIVERIA coloca outro assunto importante a ser
479 tratado na Plenária pela Comissão e demais Conselheiros, que é a questão da avaliação do
480 imóvel que o CAU/PR pretende adquirir para sua Sede, e já discutido na Reunião passada.
481 Cita que a Câmara de Valores Imobiliários do Estado do Paraná - CVI/PR - fez um laudo, cujo
482 valor de avaliação é de R\$ 4.436.000,00 (quatro milhões, quatrocentos e trinta e seis mil
483 reais). Ao que o Conselheiro Titular CLAUDIO FORTE MAIOLINO cita que o proprietário do
484 imóvel telefonou a ele, dizendo que, a seu ver, o imóvel vale cerca de sete milhões de reais,
485 mas, como as avaliações apontam quatro milhões e quinhentos mil reais, a proposta dele é a
486 de ceder ao Conselho parte do potencial edificável de 600 (seiscentos) a 800 (oitocentos)
487 metros quadrados, e o restante do potencial ficaria com a sua família. A Assessora Jurídica do
488 CAU/PR coloca que a solicitação oficial dele para o CAU/PR é de R\$ 4.750.000,00 (quatro
489 milhões, setecentos e cinquenta mil reais). Acresce, outrossim, que não há possibilidade dele
490 permanecer com o potencial construtivo do imóvel, caso o Conselho decida não realizar a
491 intervenção e/ou realizar o pedido junto à Prefeitura Municipal de Curitiba. A Assessora
492 Jurídica lembra, ainda, que a aprovação anterior em Plenária para negociação era na ordem
493 de R\$ 4.100.000,00 (quatro milhões e cem mil reais). Há um grande debate a respeito, sobre
494 os prós e contras do montante para aquisição do imóvel, até que o Conselheiro Titular
495 CLAUDIO FORTE MAIOLINO sugere que se dê subsídios ao Presidente JEFERSON DANTAS
496 NAVOLAR para um valor limite de negociação, pois, considerando-se as vantagens de se
497 adquirir uma Sede própria, num imóvel de interesse Arquitetônico, mesmo que haja a
498 necessidade de se fazer reforma, é de extremo interesse de todos, inclusive pelo momento
499 atual, de término de gestão. Assim sendo, posiciona-se a favor de limitar a negociação em 5%
500 (cinco por cento), ou 10% (dez por cento), para mais/ou a menos, do valor estipulado pela
501 avaliação da Câmara de Valores Imobiliários do Estado do Paraná. Há novo debate acerca
502 deste percentual e o Vice-Presidente LUIZ BECHER, observando as considerações dos
503 Conselheiros e da Assessora Jurídica do CAU/PR, sugere que se ofereça, inicialmente, o valor
504 do parecer da CVI/PR, com a possibilidade, no caso de uma negativa, de se chegar aos R\$
505 4.750.000,00 (quatro milhões, setecentos e cinquenta mil reais), pedidos pelo proprietário. O
506 Vice-Presidente, por fim, coloca em votação a proposta, que é aprovada por unanimidade



507 entre os Conselheiros do Plenário. E, sem manifestações a seguir, passa-se ao relato da
508 Comissão subsequente.....

509 **4.6 Relato da Comissão de Atos Administrativos.....**

510 O Vice-Presidente e Coordenador da Comissão de Atos Administrativos LUIZ BECHER informa
511 que a única matéria de Pauta a tratar - representatividade e proporcionalidade das Câmaras
512 Técnicas - foi colocada pelo Presidente JEFERSON DANTAS NAVOLAR no início da Reunião,
513 junto ao Relato da Comissão Temporária de Concurso Público. O Conselheiro Titular MANOEL
514 DE ARAUJO FILHO pede a palavra, agradecendo a Jornalista Maeva Moreira Alves de Moraes
515 pela mudança de imagens na hora do Hino Nacional. Agradece, igualmente, a presença dos
516 Conselheiros na cidade de Maringá. Após algumas sugestões de que se faça, a cada cidade
517 visitada, um mini *tour*, em que se contemple a Arquitetura local, o Conselheiro Suplente
518 ANÍBAL VERRI JUNIOR coloca-se à disposição para a realização de um passeio à tarde, caso
519 haja possibilidade, agradecendo também a presença de todos. Como não há condições de se
520 fazer o passeio, pelo retorno à Curitiba - anteriormente marcado para o início da tarde - os
521 Conselheiros acordam que, para as próximas Reuniões, será organizada uma visitação às
522 cidades do Estado, nas quais se realiza a Plenária, no intuito de se conhecer a Arquitetura
523 local, o que é encaminhado.....

524 **5 Extra-Pauta.....**

525 **5.1 Abertura dos Escritórios Regionais do IAB/PR; Utilização dos Espaços da Sede e**
526 **Escritórios Regionais do CAU/PR pelas entidades a ele correlatas.....**

527 Ao lembrar-se do Evento realizado na noite de ontem, direcionado aos Arquitetos e
528 Urbanistas da Região de Maringá - sobre a instituição das Câmaras Técnicas no CAU/PR e a
529 instauração dos Núcleos Regionais do IAB no Paraná - e notando que o CAU/PR já
530 disponibiliza o uso de seus espaços e infraestrutura para reuniões das entidades relacionadas
531 à Arquitetura e Urbanismo, o Conselheiro Suplente ANÍBAL VERRI JUNIOR solicita ao Plenário
532 a formalização do empréstimo do espaço do Escritório Regional de Maringá para utilização
533 do Núcleo do IAB, em reuniões e alguma eventualidade. Segundo ele, a Plenária pode, se for
534 o caso, regulamentar o empréstimo dos Escritórios Regionais, ou até da Sede, para as
535 entidades constituintes que venham solicitar o seu uso. Há um debate a respeito, e o
536 Conselheiro Titular ANDRÉ SELL concorda com a solicitação, porém, adverte que, para que
537 não aconteça como no CEAL - Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina - que se
538 regulamente a questão de horários e apoio dos recursos humanos, para evitar questões
539 trabalhistas. O Conselheiro Titular CARLOS HARDT também apoia, por acreditar ser uma
540 forma de demonstrar que a união entre as entidades dos Arquitetos e Urbanistas continuam, o
541 que é muito importante, segundo ele, para a própria comunidade. Porém, lembra da
542 importância de se destacar que a Sede é do CAU e que o mesmo, enquanto instituição, é
543 quem está promovendo esta cessão e integração entre as entidades. Ao que o Conselheiro
544 Titular LUIZ BECHER coloca que, do seu ponto de vista, precisaria definir uma regra de
545 utilização e alguns procedimentos que valham para todas as unidades, todos os Escritórios e
546 a Sede também, justamente para se evitar os problemas levantados. Sobre tal, o Conselheiro
547 Suplente JUCENEI GUSSO MONTEIRO lembra que todas as demais entidades devem receber
548 informativo da disponibilidade de uso, nas mesmas condições que o IAB, para evidenciar a
549 independência do CAU neste contexto, já que o interesse é a congruência máxima entre
550 todas as entidades. Neste sentido, o Conselheiro Titular MANOEL DE ARAUJO FILHO registra
551 que só deve ser aprovada, do seu ponto de vista, a utilização por entidades públicas. A
552 matéria é então colocada em votação e aprovada pelo Plenário. Sobre a aprovação e



553 regulamentação de uso dos espaços também para os estudantes de AU, escolas de
554 Arquitetura e Urbanismo e Centros Acadêmicos, o Conselheiro Suplente ANÍBAL VERRI
555 JUNIOR pondera que, se for o caso, deve haver uma avaliação anterior do Plenário e pré-
556 aprovação desta possibilidade para a próxima Reunião. Consultada a Assessoria Jurídica do
557 CAU/PR, é encaminhado pelo Vice-Presidente LUIZ BECHER que a mesma se responsabilize
558 em formalizar e regulamentar a utilização dos espaços e infraestrutura - sem a utilização de
559 recursos humanos - da Sede do CAU/PR e de seus Escritórios Regionais, pelas entidades
560 públicas concernentes.....
561 **Nada mais havendo a tratar, o Vice-Presidente do CAU/PR, Arquiteto e Urbanista LUIZ**
562 **BECHER agradeceu aos Conselheiros presentes. Às dez horas e vinte e sete minutos do dia**
563 **10 (de) de Junho de dois mil e quatorze, o Vice-Presidente do CAU/PR, Arquiteto e**
564 **Urbanista LUIZ BECHER, declarou encerrada esta Reunião de Nº 32 (06/2014) do CAU/PR.**
565 **Para constar, eu, MÔNICA DE LACERDA GOMARA, Assistente de Plenária, lavro a presente**
566 **Ata que, depois de lida e aprovada por todo(a)s o(a)s senhor(a)s Conselheiro(a)s do**
567 **CAU/PR, será rubricada em todas as suas páginas e, ao final, assinada por mim e pelo**
568 **senhor Presidente para que produza os efeitos legais.....**

569
570
571
572
573
574

575 JEFERSON DANTAS NAVOLAR
576 Presidente do CAU/PR

MÔNICA DE LACERDA GOMARA
Assistente de Plenária

577
578 Anexo I - Cronograma Final / 3ª Errata do Edital - Concurso Público CAU/PR;
579 Anexo II - Demonstrações Financeiras do mês de Maio de 2014.